



CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

GABINETE DO VEREADOR SARMENTO

Olinda Patrimônio Cultural da Humanidade

PROJETO DE LEI Nº 19 DE 2026

Institui o **Painel Municipal de Localização e Disponibilidade de Medicamentos da Rede Pública de Saúde do Município de Olinda**, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Olinda decreta:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de Olinda, o **Painel Municipal de Localização e Disponibilidade de Medicamentos**, destinado à divulgação pública de informações sobre os medicamentos fornecidos pela rede municipal de saúde e sua disponibilidade nas unidades de dispensação.

Parágrafo único. O Painel tem por finalidade ampliar a transparência da gestão da assistência farmacêutica, facilitar o acesso da população aos medicamentos e fortalecer o controle social das políticas públicas de saúde.

Art. 2º O Painel Municipal de Localização e Disponibilidade de Medicamentos observará os princípios da administração pública previstos na Constituição Federal, especialmente:

- I – publicidade;
- II – transparência administrativa;
- III – eficiência da gestão pública;
- IV – acesso à informação pelo cidadão;

Câmara Municipal de Olinda
Recebido em 27.03.26

Servidor

V – racionalização do atendimento nas unidades de saúde.

Art. 3º O Poder Executivo disponibilizará o Painel Municipal de Localização e Disponibilidade de Medicamentos em meio eletrônico de acesso público.

Art. 4º O Painel conterá, sempre que tecnicamente possível, as seguintes informações de interesse público:

I – relação de medicamentos disponibilizados pela rede municipal de saúde; II – unidades de saúde responsáveis pela dispensação de cada medicamento; III – indicação das unidades em que o medicamento se encontra disponível; IV – indicação das unidades em que o medicamento esteja temporariamente indisponível; V – orientações para acesso ao medicamento pelo usuário do sistema público de saúde.

Parágrafo único. As informações deverão permitir ao cidadão identificar em qual unidade de saúde o medicamento poderá ser encontrado, evitando deslocamentos desnecessários.

Art. 5º O Painel informará, sempre que possível:

I – medicamentos temporariamente indisponíveis na rede municipal;

II – previsão de reabastecimento, quando disponível.

Art. 6º O Painel Municipal de Localização e Disponibilidade de Medicamentos será disponibilizado:

I – no portal eletrônico oficial do Município;

II – em plataformas digitais de transparência pública;

III – por outros meios eletrônicos adotados pela administração municipal.

Art. 7º O Painel indicará, sempre que tecnicamente possível, a situação de abastecimento dos medicamentos na rede municipal de saúde, classificando-os em:

I – disponível; II – estoque reduzido; III – temporariamente indisponível.

§1º A classificação tem por finalidade ampliar a transparência da gestão da assistência farmacêutica e permitir melhor orientação da população usuária do sistema público de saúde.

§2º Quando identificado estoque reduzido ou indisponibilidade, poderão ser divulgadas informações sobre previsão de reposição, quando disponíveis.

Art. 8º A divulgação das informações observará as disposições da Lei de Acesso à Informação, resguardados os dados pessoais e informações protegidas por sigilo legal.

Art. 9º O Poder Executivo deverá adotar mecanismos de controle, registro e rastreabilidade dos medicamentos distribuídos na rede municipal de saúde, com o objetivo de prevenir extravios, perdas, desperdícios e irregularidades no abastecimento das unidades.

§1º Sempre que tecnicamente possível, os sistemas de controle de estoque das unidades de saúde deverão estar integrados ao Painel Municipal de Localização e Disponibilidade de Medicamentos.

§2º As unidades de saúde da rede municipal deverão manter atualizados os registros de entrada, armazenamento, distribuição e dispensação de medicamentos, garantindo a rastreabilidade dos produtos.

§3º A Secretaria Municipal de Saúde poderá elaborar relatórios periódicos de controle e abastecimento dos medicamentos da rede pública, contendo informações sobre estoques, reposições e eventuais faltas.

§4º Os relatórios poderão ser disponibilizados nos canais oficiais de transparência do Município, respeitadas as disposições da legislação vigente.

Art. 10. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de **90 (noventa) dias**, estabelecendo os procedimentos administrativos necessários à implementação do Painel.

Art. 11. A implementação desta Lei observará a disponibilidade orçamentária e financeira do Município.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem como objetivo instituir, no Município de Olinda, o **Painel Municipal de Localização e Disponibilidade de Medicamentos**, ferramenta de transparência pública destinada a facilitar o acesso da população aos medicamentos fornecidos pela rede municipal de saúde.

É recorrente que cidadãos precisem deslocar-se entre diferentes unidades de saúde em busca de medicamentos, muitas vezes sem informações claras sobre onde determinado medicamento está disponível. Essa situação gera desgaste para os usuários do sistema público, aumento das filas nas unidades de saúde e sobrecarga nos serviços de atendimento.

Com a criação do Painel, será possível disponibilizar informações claras e atualizadas sobre os medicamentos fornecidos pela rede municipal, bem como indicar em quais unidades de saúde eles se encontram disponíveis, permitindo ao cidadão planejar melhor seu atendimento e evitar deslocamentos desnecessários.

Além de facilitar o acesso da população aos medicamentos, a iniciativa também fortalece a **transparência na gestão pública**, em conformidade com os princípios da publicidade e da eficiência previstos na Constituição Federal, bem como com as diretrizes da Lei de Acesso à Informação.

Outro aspecto relevante da proposta é o incentivo à adoção de **mecanismos de controle e rastreabilidade de medicamentos**, contribuindo para prevenir extravios, perdas ou irregularidades no abastecimento das unidades de saúde, garantindo maior eficiência na gestão da assistência farmacêutica.

Assim, o projeto busca promover mais organização, transparência e eficiência na gestão da saúde pública municipal, além de fortalecer o direito da população ao acesso digno aos medicamentos. Diante da relevância social da matéria, contamos com o apoio dos nobres vereadores para a aprovação do presente Projeto de Lei.

